

Filho sem dor, mãe sem amor

Escola Superior de Educação

Setúbal

15 de Abril de 2004

As reflexões breves que queria partilhar convosco relevam essencialmente da minha experiência de formador de professores dos diferentes graus de ensino e sobretudo de professor do ensino secundário, onde vêm airosoamente escorregar os alunos do 1º, 2º e 3º ciclos. Ou onde nem sequer chegam a entrar. Não se dirigem ao universo dos estabelecimentos de ensino superior, nem em particular às escolas superiores de educação, embora de “culpas no cartório” ninguém se possa considerar completamente isento.

A escola da família

O que fez escola na família portuguesa vem de longe. É muito conservador. Séculos de silêncio, de solicitude, de submissão, de repressão. Não apenas no que, desde a Idade Média, se deixou que fosse permanecendo. No que os homens refinaram pelos séculos fora: cristalização de hábitos, costumes, tradições, mentalidades. Mas também, e sobretudo, no que foram criando para que a sociedade não mudasse. A furibunda Inquisição entre o século XVI e XVIII. O absolutismo monárquico e o caceteirismo fidalgo e a sua tentacular presença, descendo do Paço à paróquia e ao lar dos portugueses, até ao princípio do século XX. Sempre com a Santa Madre Igreja a velar consciências. Um breve interregno de 1910 a 1926, em que as

mentalidades do Portugal profundo foram agitadas apenas à superfície. E, até 1974, de novo a tentativa de o Estado entrar pelas casas adentro, pelas cabeças adentro, para tudo tentar preservar.

Respeito pela hierarquia. Da mãe sobre os filhos. Do homem sobre a mulher. Do pai sobre a família. Do Estado sobre todos.

Quando o Estado de Salazar, através da Escola quis educar a família, nos últimos trinta anos antes do 25 de Abril, foi copiar o que via fazer em Itália e na Alemanha. Inventou posições idênticas, razoavelmente eficazes: A *Mocidade Portuguesa* (que adoptou “a saudação romana como sinal de submissão e patriótica solidariedade” (regulamento da M.P., art. 16º), a *Mocidade Portuguesa Feminina*: eram excluídas “as exhibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino” (art. 4º). Actividades “sim minhas senhoras, mas de benemerência, como seja a confecção de enxovais para crianças recém nascidas, filhas de mães pobres, tarefas que permitia à mulher receber “duas lições de ordem espiritual: uma de caridade cristã e outra de exaltação da vocação maternal da mulher”

O Ministério da Educação devia promover a imagem da família ideal. A propaganda anticlerical da Primeira República estragara irremediavelmente os adultos. Agora que se salvassem os jovens. E na Escola, em todos os manuais de leitura, devia aprender-se: “Na família o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; na Igreja o chefe é o padre; na Nação o chefe é o Governo” (dec. 21014 de 19/3/33).

Mas quando Salazar caiu da cadeira, em 1968, o País já tinha mudado muito. Não da maneira que ele gostaria que tivesse acontecido se tivesse discernimento para o perceber. Os portugueses desataram a sair para fora do país para fugir à miséria (só entre 1960 e o 25 de Abril saíram 1,5 milhões) e à guerra colonial (entre 1961 e 74) que entretanto fardou e pôs G3 nas mãos de outros tantos.

As mulheres ficaram por aqui e foram crescendo. A família que Salazar queria desapareceu. As mulheres, mais velhas, ficaram sozinhas, a educar os filhos, ajudados pelas avós; e as mais novas subiram as saias, passaram a usar calças, foram estudar e, as que o não faziam, quiseram trabalhar fora de casa. Já não era sem tempo.

Os últimos trinta anos subimos de nível. Passámos a vestir bem. Todos compostos, todos desiguais. Mas tão parecidos que fomos ficando. Compramos tudo a crédito, a cartão de holograma. Até parecemos ricos. Andamos, bem montados, vertiginosos pelas ruas e estradas de Portugal. Aí morremos e matamos. Sem glória, sem medo, sem memória.

Aprendemos liberdades. Em todos os lugares. E nos lugares do corpo. Questionamos tudo e antes assim. Regras, valores, poder, autoridade, hierarquias, competências, saberes. Fomos e somos indulgentes com as ignorâncias.

Mas temos opinião. Deixamos que a televisão nos entrasse pela casa adentro que se sentasse à mesa do jantar, que ficasse acesa nos quartos dos filhos a espevitar-lhes esportinas, a agitar-lhes os sonhos. Não vimos que ela era uma madrasta distraída que também os educava. E que lhes dava muita informação. Que utilizavam para nos impressionar. Ficávamos deslumbrados e confundidos com “as coisas que eles sabiam!” E que até nos parecia conhecimento. Porque, sobretudo, vínhamos de uma quarta classe grossa mas esclerosada (sabíamos as linhas de caminho de ferro e os ramais, os mapas das províncias ultramarinas, e outras coisas tão importantes que já não existem, excepto na memória de antigos alunos).

De intolerantes passámos a permissivos. Achamos bem que as criancinhas tudo façam. Ou graduamos a nossa intolerância em função do sexo. Para as raparigas não nos importamos que sejam calmas, atentas, educadas, solícitas, sensíveis, dadas. Para os rapazes deleitamo-nos a ouvir o

palavrão e não nos cansamos de lhes espezitar força, agilidade, vertigem, masculinidade. Esquecemo-nos que talvez precisassem, também, de calma, atenção, concentração, método, regras.

A palavra *não* é mais firme e peremptória para elas. E mais rara para eles. Os resultados problemáticos da diferença já nos começam a clamar aos ouvidos.

Mudamos muito. Ou muito depressa. Ou esquecemo-nos depressa que mudámos. Tão depressa que vivemos como se, sempre assim, tivéssemos vivido. Mudamos muito? Ou talvez nem tanto como isso...

A família da Escola

A escola, primária, foi ensinando o pouco que lhe competia, a ler escrever e contar. E nem isso conseguiu dar a todos, quando já se fazia à estrada, nas Caldas da Rainha, o enterro do seu Estado Novo (mais de 30% de analfabetos).

Quando Abril chegou, 50% da população tinha apenas a Quarta Classe. E, em cada cem portugueses, não chegava a dois os que tinham um curso ou frequência do ensino superior (1,5%).

A escola viu chegar multidões. Vinham de todo o lado. Do campo e da cidade. Do palacete e da barraca. Muitos vinham para aprender. Outros nem por isso.

A escola a todos recebeu por igual. No princípio nem tinha professores formados para o efeito. Mas que se desenrascaram. Deram o melhor de si. Ou

quase. E a pouco e pouco foram entrando mais e mais professores despejados pelas universidades públicas que rebentavam pelas costuras. Não havia outras. E as universidades privadas apareceram, de repente, como cogumelos. Um nicho de mercado (como se diz agora) apetitoso. Cursos e mais cursos. Dos exóticos aos clássicos, dos austeros aos estrambólicos. Hoje já não dão vazão. E o negócio, até há pouco chorudo, conhece dificuldades sérias. Alunos escassos. Os portugueses querem viver. Perderam pachorra para ter filharada. E aturá-la.

Ainda assim continuamos a saltar barreiras. A queimar etapas. Em pouco mais de uma geração – quarenta anos – conseguimos coisas fantásticas. Um só exemplo para quem nada dava por elas: em 1961, em cada 100 alunos que acabava um curso superior, menos de 25 eram mulheres; hoje já são 70. Elas olham para o lado e devem exclamar apreensivas: “Já não há homens!”. Bem! Eu acho que os há mesmo. Podem estar apenas distraídos a ler “A Bola”. Ou a contar umas anedotas para desanuviar.

Mas não é só do topo do sistema educativo que se vê o que temos andado a fazer. É um pouco mais para baixo. Do Secundário, por aí adiante, passando pelo 3º e 2º Ciclos e descendo ainda ao Primário e ao Pré-Escolar.

Para falar apenas no que conheço melhor, algumas cogitações na óptica dos utilizadores – e, já agora, utilizados que nós, professores, também o somos ou seremos.

Fomos de tudo. Voluntariosos, empenhados, dedicados, competentes. Mas também acríticos, acomodados e baldas. Fechámo-nos na nossa redoma disciplinar individualista. Não quisemos saber o que fazia o colega do lado. Nem os outros dos anos anteriores. Fomos auto-suficientes. Auto-condescendentes. Sobrou-nos auto-estima. Ou aparentado.

Confundimos autoritarismo com autoridade. Gostávamos de a ter mas receávamos que, qualquer tentativa de exercício da autoridade, fosse vista como despotismo. Veja-se o caso da supressão do estrado do professor, na maioria das escolas. O professor sentado ao mesmo nível dos alunos, a ter que esticar um pescoço de girafa para ver, olhos nos olhos, os seus alunos nas filas de trás.

Acreditámos que tínhamos de tornar leve o que era pesado. E fácil o que era difícil. Fizem-nos fazer, ou fizemos por gosto ou contrafeitos, umas piruetas, uns saltos mortais encarpados, flique-flaques, umas acrobacias pedagógicas. Para mastigar e dar a papinha pronta – assim um *nestum* com mel didáctico - a digerir aos nossos alunos. Não os treinámos para a concentração, nem para o esforço, nem para a memória, nem para o estudo. Acreditámos que os audiovisuais e as novas tecnologias da comunicação resolviam tudo a eito facilmente. Inventámos “área-escola”, “trabalho de projecto” e outras especiosidades que serviram para distrair professores e alunos do essencial – leccionar matéria, cumprir ou questionar os programas, preparar para os exames. Aliás, diabolizámos os exames. Como se a vida cá fora não fosse um exame permanente. Facilitámos muito. Continuamos a vender facilidades. Explicações e mais explicações que fogem ao orçamento geral do Estado. E que qualquer ministro das Finanças adoraria aplicar um IRSzinho ou um IVAzinho para amansar o malfadado deficit.

A junção e integração das escolas de 2º e 3º ciclo e a sua separação das escolas do Secundário têm sido desastrosas. A indisciplina e a violência grassam. A criação de agrupamentos verticais e horizontais e a sua gestão pelas câmaras municipais, com a partidarização ou politização, e sobretudo a funcionalização dos professores é uma ameaça, se não perigosa pelo menos, preocupante.

E agora?

Dois equívocos enormes grassam na sociedade do nosso tempo. Estão unidos entre si como os nossos olhos e ouvidos:

O primeiro é que a família julga que tem mais que fazer. E que a educação não lhe diz respeito. É com os técnicos. É à escola que compete tudo ensinar e educar.

O segundo é a escola que anda há mais de vinte anos a insistir que consegue corrigir tudo o que, de longe, e da família, vem torto.

Estes dois equívocos têm sido catastróficos para o Sistema Educativo. Nós somos o país da União onde os pais têm maior poder de participação nas estruturas da Escola. Basta um encarregado de educação fazer uma pequena exposição ao C.E. e a escola estremece. É no mínimo bizarro que os EE mais hiperactivos sejam os que, simultaneamente, são professores. E os definitivamente ausentes são aqueles com quem a Escola tinha necessidade de conversar e não tem maneira de o conseguir.

Vai sendo altura de se fazer um balanço retroactivo sobre o Sistema Educativo em Portugal, 30 anos depois da revolução de Abril. A sociedade portuguesa, tristonha, deprimida, precisa de saber que a Educação, o Ensino, e a Formação (ou a ausência deles) – desde o berço até à vida activa – mandam muito mais do que parece, ***ou seja quase tudo***, na vida dos portugueses. Nos seus dramas e nos seus sucessos:

No que se passa em tragédias como a de Entre-os-Rios, nas casas pias todas do país, nas estradas ensanguentadas, nas dependências de seringa,

colher e limão e nas outras, nas prisões cheias de homens muito jovens. E, por outro lado, na excelência do trabalho de investigação de cientistas de reputação universal como António Damásio, nos dedos altíssimos da arte de Maria João Pires ou de Paula Rego. Entre muitos outros, silenciosos, que vão dando a auréola de prestígio que a Nação enjeita.

Os professores de hoje, e os que vêm a seguir e que aqui se formam, talvez tenham mais do que “qualquer coisinha a dizer”. Assim o queiram. Questionando. E questionando-se.

Setúbal, 15 de Abril de 2004

José Alberto Quaresma